



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

CONTRATAÇÃO DE DOCENTE PARA MINISTRAR OFICINA NA I SEMANA DE INOVAÇÃO DO PJPA



Assinado com senha por SYNTHIA MARIA GUIMARAES ANGELIM e JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR.
Use 3935487.26553094-6327 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3935487.26553094-6327>
Documento gerado por SÍDALIA DO AMARAL FERREIRA *Data e hora: 11/03/2024 09:47



T_JPAMEM202406546





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	
SETOR REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA – JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR	
MATRÍCULA: 191736	TELEFONE: (91) 3110-6815
E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br	

1. Justificativa da necessidade da contratação

Preliminarmente, registra-se que o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento –SNA-foi lançado em 2019,e apesar do tempo de uso,é notória a necessidade de ações formativas voltadas a sua utilização, dado que apresenta relativa complexidade em seu manuseio e isso é evidenciado na maneira como o sistema tem sido alimentado,em outras palavras,ainda necessitando de muitas orientações, esclarecimentos e monitoramento.O SNA passa por atualizações constantemente com a implementação de novas ferramentas. Nesse sentido, em 05 abril de 2022, o Conselho Nacional de Justiça -CNJ publicou a Portaria nº 114/2022 que instituiu a ferramenta “Busca Ativa”, regulamentando os projetos de estímulo às adoções tardias, entre outras providências. Essa ferramenta entrou em funcionamento desde setembro de 2022, o que implicou a necessidade de aquisição de novos conhecimentos e a disseminação das informações de magistrados e magistradas, servidores e servidoras sobre o ideal funcionamento da ferramenta.A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude -CEIJ-visando equacionar a necessidade tem realizado atividades sistematizadas de monitoramento e estímulo à adequada alimentação do Sistema,organizado em ciclos, com orientações, esclarecimentos e solicitando às unidades judiciárias que regularizem determinadas inconsistências identificadas no sistema por meio do Projeto SNA em DIA. O Curso O SNA e Suas Funcionalidades busca atender às sugestões de magistrados(as) e servidores(as) do TJPA, apontadas em pesquisa efetivada pela CEIJ em 2021, na qual ressaltaram a necessidade de formação teórico-prática sobre o referido sistema.A execução da formação é de responsabilidade da Escola Judicial do Estado do Pará objetivando atender à necessidade de formação sobre o SNA, com foco em sua operacionalização, a fim de possibilitar a interação dos alunos entre si e com o docente a fim de facilitar o entendimento. A docência da formação será efetivada pela servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo Isabely Fontana da Mota, profissional com experiência e conhecimentos especializados





relativos ao SNA, pois é membro do Comitê de Apoio ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento e gere o sistema desde sua criação em 2019. A proposta metodológica da ação formativa foi estruturada com atividades que visam treinar a equipe de trabalho com os saberes necessários a partir de aulas expositivas e dialogadas, atividades práticas, abordando as informações necessárias de maneira simples e objetiva com a finalidade de oferecer aos alunos e alunas conteúdos que circundam as questões aqui destacadas. Nesta esteira de entendimento, destaca-se que o desenvolvimento de habilidades e aprimoramento de competências constituem pressupostos fundamentais para melhoria na qualidade dos serviços públicos, sendo necessário o aperfeiçoamento de magistrados e magistradas, servidores e servidoras com abordagem teórico-prática, analisando características, legislação e as problemáticas mais comuns. ACEIJ como uma das administradoras do SNA (RESOLUÇÃO Nº 13/2010/GP-TJPA/ RESOLUÇÃO Nº 289/2019 –CNJ) e considerando o Plano de Gestão do biênio 2021-2023, alinhado ao Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais, Ação 1.3, Etapa 1.3.4, propõe a execução do Curso O SNA e suas Funcionalidades como parte das ações de orientação e monitoramento deste Sistema, por meio da disseminação dos seus recursos e funcionalidades, com o objetivo de promover o aprimoramento da correta alimentação do SNA, visando o princípio do melhor interesse da criança. Salienta-se que a contratação de profissional com expertise na matéria é de suma relevância, considerando o desenvolvimento das atividades próprias do grupo que será treinado. Neste sentido, ressalta-se que o docente reúne qualificação técnica, teórica e prática com destacado domínio do conteúdo, ao tempo em que se registra que no quadro interno do TJPA não se dispõe de servidor que possa atuar na docência da referida formação. Ressalta-se que a presente demanda consta no planejamento Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para o exercício de 2024, especificamente no item EJ6A24, encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026, no qual conta como Macrodesafio o “Aperfeiçoamento da gestão de Pessoas”, tendo como uma de suas iniciativas estratégicas “Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras”

A contratação que constitui o objeto deste documento enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza singular, sendo prestado por profissional especializado, enquadrando-se na alínea “f”, inciso III, do art. 74 da Lei 14.133/2021, devendo ser adjudicado ao docente selecionado por valor global, considerando-se a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional. Por fim, para a matéria relacionada não se dispõe de profissional interno habilitado para atuar como professor da referida formação, razão pela



TJPA MEM 2024 06546





qual docente externo foi selecionado. Registra-se que a presente contratação será regida pela Lei de Licitações nº 14.133 de 01 de abril de 2021
2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas para a atualização do Plano
A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada aos seguinte Macrodesafio: Macrodesafio: A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada ao Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. – Iniciativa estratégica: Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras. A demanda entrará no item EJ6A24 do plano de contratações do Poder Judiciário do Estado do Pará para o ano de 2024. O presente documento será regido pela Lei de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada
Serviço de capacitação na modalidade presencial para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA.
4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços
07/03 a 08/04 de 2024 Carga horária: 30h
5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação
5.1. Equipe de planejamento da contratação
Integrante Requisitante Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar Matrícula: 191736 Telefone: (91) 3110-6827 E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br
Integrante Técnico Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim Matrícula: 126322





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Telefone: (91) 3110-6835
E-mail: synthia.angelim@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6815

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Fiscal Técnico

Nome: Synthia Maria Guimaraes Angelim

Matrícula: 126322

Telefone: (91) 3110-6835

E-mail: synthiaa.angelim@tjpa.jus.br

Justificativa: O Integrante técnico será o mesmo fiscal técnico, pois a servidora possui expertise, competência habilidade para atuar em ambos os casos.

Belém, 02 de fevereiro 2024

Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Responsável pela Formalização da Demanda

Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará



T_JPAMEM202406546

